

January 24, 2020

Open Letter to Brazilian Authorities on the Charges Against Journalist Glenn Greenwald

Presidente da República, Jair Bolsonaro
Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Felinto Ibarra Epiácio Maia
Presidente do Senado, David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Antonio Dias Toffoli

Procurador Geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras
Corregedora Geral do Ministério Público Federal, Elizeta Maria de Paiva Ramos
Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

We, the undersigned press freedom and civil liberties organizations, emphatically condemn the Brazilian authorities' criminal charges against the award-winning investigative journalist Glenn Greenwald.

These charges represent a straightforward attempt to intimidate and retaliate against Greenwald and *The Intercept* for their critical reporting on messages that appeared to show a judge advising federal prosecutors how to prosecute cases he was presiding over in the "Operation Car Wash" investigation. Further, by charging Greenwald with a cybercrime the government has essentially criminalized engaging in legitimate journalistic practices, which threatens to have a chilling effect on journalists and sources alike.

The recently disclosed charges are only the most recent development in a campaign of harassment against journalists covering the scandal. Threats against them have been documented since last June, when *The Intercept* began publishing a series of important public interest stories based on a cache of leaked Telegram messages between public officials.

A coalition of 29 free speech and human rights organizations penned a letter in July 2019 to denounce these threats.¹ Then, as now, the implications affect not just Greenwald and his colleagues, but the broader free press in Brazil, including both domestic and international media.

The attacks on Greenwald and *The Intercept* have included specific death threats, public disinformation, and a criminal prosecution. Notably, in August 2019, in a remarkable opinion by a member of Brazil's highest court ordered any police investigation into Greenwald halted and condemned any such efforts as "an unambiguous act of censorship" in violation of the country's constitution.²

1 RSF Launches International Appeal for Support for The Intercept Brasil's Staff: Reporters without Borders." RSF, 31 Jul. 2019, <https://rsf.org/en/news/rsf-launches-international-appeal-support-intercept-brasils-staff>.

2 Timm, Trevor. "Brazil Supreme Court Minister Rules to Protect Press Freedom for Glenn Greenwald and The Intercept." *The Intercept*, 8 Aug. 2019, <https://theintercept.com/2019/08/08/brazil-supreme-court-glenn->

The right of journalists to report on primary source materials documenting official malfeasance is a critically important press freedom issue. The Federal Prosecutor's Office has abused its power by charging Greenwald for doing just that — despite a federal police conclusion just last month that there was no evidence that Greenwald committed any crime in relation to the leaked messages.³

Given the Supreme Court injunction and that federal police conclusion, the Federal Prosecutor's Office's position that Greenwald conspired to commit a crime with his anonymous source is unjustifiable.

These charges await approval from a federal judge, giving the courts the opportunity to reject them and protect freedom of the press. Even so, the chilling effect of such legal intimidation remains. If these tactics are allowed to stand, it would jeopardize all Brazilians' freedom of speech, freedom of the press, and freedom to participate in democracy.

Sincerely,

Freedom of the Press Foundation*	Fundación Datos Protegidos (Chile)
Reporters Without Borders	Fundación Karisma
Access Now	Fundación Huaira (Ecuador)
Agência Pública	Fundación Vía Libre
American Civil Liberties Union	Human Rights Watch
ARTICLE 19 Brazil and South America	IFEX
Asociación por los Derechos Civiles	IFEX-ALC
Association for Progressive Communications (APC)	IPANDETEC Centroamérica
Brave New Films	Instituto Vladimir Herzog
Brazilian Association of Investigative Journalism (Abraji)	International Press Institute
CODEPINK	Intervozes
Columbia Journalism Review	National Federation of Brazilian Journalists (FENAJ)
Committee to Protect Journalists	Newscoop
Cooperativa Tierra Común	Pen International
Demand Progress	Reporters Committee for Freedom of the Press
Derechos Digitales	Roots Action
Doc Society	Sursiendo CCD
Electronic Frontier Foundation (EFF)	TEDIC
ExposeFacts	Ubunteam Community
Fundación Acceso (Costa Rica)	Usuarios Digitales
Fundación Ciudadania Inteligente	World Association of News Publishers
	Witness

* Glenn Greenwald serves as a member of the board of directors.

greenwald/.

3 Valeda, Raphael. "Spoofing: PF Buscou Crimes Em Conduta De Glenn, Mas Não Encontrou." *Metrópoles*, 20 Dec. 2019, <https://www.metropoles.com/brasil/justica/spoofing-pf-buscou-crimes-em-conduta-de-glenn-mas-nao-encontrou>.

24 de janeiro de 2020

Carta aberta às autoridades brasileiras sobre a denúncia do MPF contra o jornalista Glenn Greenwald

Presidente da República, Jair Bolsonaro
Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Felinto Ibarra Epiácio Maia
Presidente do Senado, David Samuel Alcolumbre Tobelem
Presidente do Supremo Tribunal Federal, José Antonio Dias Toffoli

Procurador Geral da República, Antônio Augusto Brandão de Aras
Corregedora Geral do Ministério Público Federal, Elizeta Maria de Paiva Ramos
Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira

As organizações signatárias, defensoras da liberdade de imprensa e dos direitos civis, condenam enfaticamente a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o renomado jornalista investigativo Glenn Greenwald.

Estas representam uma clara tentativa de intimidação e retaliação contra Glenn Greenwald e o *The Intercept Brasil*, em decorrência da publicação de uma série de reportagens com base em mensagens que aparentam indicar a colaboração entre um procurador e o juiz responsável por julgar os crimes identificados pela força-tarefa da Operação Lava Jato. Ao acusar Glenn Greenwald de ter cometido crimes digitais, o Ministério Público Federal (MPF) essencialmente criminaliza práticas legítimas relativas ao exercício jornalístico, inibindo simultaneamente jornalistas e suas fontes.

A denúncia apresentada no dia 21 de janeiro de 2020 pelo Ministério Público Federal (MPF) é apenas o mais recente episódio de uma extensa campanha para perseguir e desacreditar os jornalistas cobrindo o tema. Eles foram alvo de diversas ameaças desde junho de 2019, quando o *The Intercept Brasil* começou a reportar sobre o conteúdo das mensagens trocadas por autoridades públicas pelo aplicativo Telegram, obtidas por uma fonte anônima. Uma coalizão de 29 organizações defensoras da liberdade de expressão e dos direitos humanos publicou um chamado internacional em julho de 2019 para denunciar essas ameaças contra os jornalistas do *The Intercept Brasil*¹. Naquele momento, assim como agora, o alcance desses ataques transcende a figura de Glenn Greenwald e de seus colegas, e impacta a liberdade de imprensa no Brasil como um todo.

Os ataques contra Glenn Greenwald e o *The Intercept Brasil* incluem ameaças de morte, desinformação e um processo criminal. Vale destacar que uma investigação foi interdita em agosto de 2019, por uma decisão liminar de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), na qual afirma que a iniciativa poderia "configurar inequívoco ato de censura", em violação da Constituição Federal².

1 RSF Launches International Appeal for Support for The Intercept Brasil's Staff: Reporters without Borders." RSF, 31 Jul. 2019, <https://rsf.org/en/news/rsf-launches-international-appeal-support-intercept-brasils-staff>.

2 Timm, Trevor. "Brazil Supreme Court Minister Rules to Protect Press Freedom for Glenn Greenwald and The Intercept." *The Intercept*, 8 Aug. 2019, <https://theintercept.com/2019/08/08/brazil-supreme-court-glenn-greenwald/>.

O direito de jornalistas reportarem com base em fontes primárias que evidenciam irregularidades cometidas por autoridades públicas é um aspecto crucial da liberdade de imprensa. O Ministério Público Federal (MPF) abusou do seu poder ao acusar Glenn Greenwald de exercer essa atividade - apesar da conclusão da Polícia Federal publicada em um relatório em dezembro de 2019, afirmando não haver evidências de que o jornalista tenha cometido qualquer tipo de crime relacionado ao vazamento das mensagens.³

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e as conclusões apresentadas pela Polícia Federal, a presente denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) de que Glenn Greenwald teria conspirado com sua fonte anônima é injustificável.

A denúncia será analisada por um juiz federal, dando uma oportunidade ao judiciário de rejeitá-la e assim assegurar a liberdade de imprensa. Ainda assim, o efeito dissuasivo que gera esse tipo de intimidação permanece. Ao se permitir que essa estratégia prevaleça, se coloca em risco a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de participação democrática.

Atenciosamente,

Freedom of the Press Foundation*	Fundación Datos Protegidos (Chile)
Reporters Without Borders	Fundación Karisma
Access Now	Fundación Huaira (Ecuador)
Agência Pública	Fundación Vía Libre
American Civil Liberties Union	Human Rights Watch
ARTICLE 19 Brazil and South America	IFEX
Asociación por los Derechos Civiles	IFEX-ALC
Association for Progressive Communications (APC)	IPANDETEC Centroamérica
Brave New Films	Instituto Vladimir Herzog
Brazilian Association of Investigative Journalism (Abraji)	International Press Institute
CODEPINK	Intervozes
Columbia Journalism Review	National Federation of Brazilian Journalists (FENAJ)
Committee to Protect Journalists	Newscoop
Cooperativa Tierra Común	Pen International
Demand Progress	Reporters Committee for Freedom of the Press
Derechos Digitales	Roots Action
Doc Society	Sursiendo CCD
Electronic Frontier Foundation (EFF)	TEDIC
ExposeFacts	Ubunteam Community
Fundación Acceso (Costa Rica)	Usuarios Digitales
Fundación Ciudadania Inteligente	World Association of News Publishers
	Witness

3 Valeda, Raphael. "Spoofing: PF Buscou Crimes Em Conduta De Glenn, Mas Não Encontrou." *Metrópolis*, 20 Dec. 2019, <https://www.metropoles.com/brasil/justica/spoofing-pf-buscou-crimes-em-conduta-de-glenn-mas-nao-encontrou>.